

# Extensão universitária: uma via de mão dupla para a emancipação

Eliano Marcelino Koch\*

## Introdução

A extensão universitária, tema central deste trabalho, desde a sua origem na Inglaterra, em meados do século XIX, não teve um programa único em termos de objetivos a atingir e, mais especificamente no Brasil, passou por diversas mudanças e com objetivos que, por vezes, interessavam e ainda interessam mais a certos grupos do que à formação acadêmica ou emancipatória da sociedade, pagadora de impostos (SAVIANI, 1985). Na universidade dá-se muita importância ao ensino e à pesquisa e, por conseguinte, em certos momentos e locais acadêmicos, a extensão universitária, prevista em lei no Brasil, é vista como a “prima pobre”, ou seja, sem relevância. É preciso, pois, não deixar de refletir sobre a indissociabilidade entre estes três elementos constitutivos do ser universitário porque o que está em jogo é a autonomia universitária.

Daí a relevância da Extensão enquanto elemento de formação das pessoas, mas principalmente enquanto espaço onde se pode exercer uma práxis interativa que alia o conhecimento acadêmico, a educação e a sabedoria popular, promovendo assim uma visão mais ampla da sociedade em que vivemos (MEDEIROS, 2017, p. 14).

Após revisão bibliográfica de autores, como Adorno (1985; 1995; 2010), Saviani (1985; 1996) e Santos (2011), que se preocupam com o papel das universidades para a formação e emancipação, este trabalho foi dividido em dois momentos.

Para pensar a vocação extensionista das universidades, resgatamos alguns elementos históricos e legais, no Brasil, sobre a extensão universitária, considerando que “[...] o processo histórico influencia diretamente nas questões das políticas

---

\* Mestrando em Educação (PPGE-UDESC) na linha de pesquisa: Educação, Comunicação e Tecnologia. Membro do Grupo de Pesquisas Nexos – Sul. Orientado pela Professora Doutora Roselaine Ripa. Graduado em Filosofia (2011) pela Faculdade São Luiz. Licenciado em Filosofia (2015) pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Licenciado em Pedagogia (2021) pela Faculdade da Lapa (FAEL). Professor efetivo do Estado de Santa Catarina.  
E-mail: eliano.marcelinok@gmail.com

educacionais e nas concepções vigentes da extensão universitária” (KOCHHANN, 2017, p. 547).

Em um segundo momento, trazemos as contribuições de autores, de lugares tão distintos e de épocas diversas, que concordam que a universidade e a sociedade se retroalimentam por meio da extensão e que esta é um caminho de mão dupla para a emancipação humana. São eles: os frankfurtianos Theodor Adorno e Max Horkheimer, o brasileiro Dermeval Saviani e o português Boaventura de Sousa Santos. Os três autores nos apresentam caminhos e conceitos distintos para pensarmos uma concepção de extensão universitária para o nosso tempo.

## Alguns apontamentos históricos da extensão no Brasil

O termo “extensão universitária” surgiu pela primeira vez na legislação educacional brasileira, em 1931, com o Decreto-Lei nº 19.851, no Estatuto da Universidade Brasileira. Este previa um caráter assistencialista e de prestação de serviço das Instituições de Ensino Superior (IES) por meio da extensão, tendo como plano de fundo as relações sociais vigentes da época, com divulgação e formação técnica de mão de obra (KOCHHANN, 2017). Era, portanto, uma visão pragmática e utilitarista das ações das universidades junto à comunidade externa. Nogueira (2013) demonstra que antes desse período, no Brasil, já em 1911, houve atuações das universidades que tinham características de extensão como, por exemplo: a antiga Universidade de São Paulo, que realizava diversos cursos e conferências para a população em geral, e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e a Escola Agrícola de Lavras, que ofereciam cursos aos produtores rurais, com assistência técnica.

Dos três elementos que caracterizam a universidade, a pesquisa, o ensino e a extensão, a lei nº 5.540, de 1968, conhecida como a Lei da Reforma Universitária, durante a Ditadura Militar tornou estes três elementos mais visíveis, mas ainda não havia desvencilhado a extensão de sua práxis assistencialista. O artigo 20 preconizava que “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968). É nesse contexto que surge o Projeto Rondon, criticado por Saviani (1985), como veremos adiante. O Projeto foi criado em substituição à UNE, promovendo, com isso, a desarticulação do movimento estudantil.

O Projeto Rondon foi lançado oficialmente em um evento na Universidade do Estado Guanabara, em 1966, onde se discutia a questão da educação e segurança nacional. Instituído oficialmente em nível nacional por meio do Decreto nº 62.927, de 23 de junho de 1968, vinculado ao Ministério do Interior, tem seu fundamento filosófico baseado em um decálogo de princípios marcado pelas ideias de desenvolvimento e segurança nacional. Os estudantes são recrutados para as chamadas “Operações Nacionais”, de cunho assistencialista, sem participação das unidades acadêmicas das universidades, constituindo, portanto, ações de extensão desvinculadas das demais atividades acadêmicas – o ensino e a pesquisa (NOGUEIRA, 2013, p. 35).

Por isso que a lei nº 5.540/68, por mais que já previa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estava ainda relacionada ao plano de desenvolvimento do Estado, com um caráter provisório e inorgânico de assistencialismo (KOCHHANN, 2017).

Com a redemocratização, na década de 80, o papel da universidade foi amplamente debatido, como veremos adiante, na concepção de Saviani (1996). Nesse contexto, a sociedade passou a exigir um compromisso social maior das universidades.

A Constituição Federal de 1988, sensibilizada com os anseios da sociedade, ao defender a autonomia universitária, reafirmou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em seu artigo 207: "As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988). Com isso, fica evidente que a extensão universitária é tratada como um princípio que promove a democracia em um país, pois onde o conhecimento é para poucos, trancado dentro do ambiente universitário ou, mesmo que divulgado este conhecimento, seja de uma única via, ou seja, da universidade para a sociedade, reina a injustiça e a unilateralidade do conhecimento.

A partir da regência da Constituição Federal, outras legislações específicas sobre a inseparável relação entre ensino, pesquisa e extensão foram se construindo. Uma delas, a curricularização da extensão, regulamentada pela resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, regimenta o que está disposto na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência entre os anos 2014-2024: “[...] assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014, não paginado).

Dessa forma, evidencia-se o poder transformador das universidades com a produção, divulgação dos conhecimentos e escuta da sociedade por meio da extensão.

Neste espírito de redemocratização do país, onde os ambientes acadêmicos possuíam enorme importância, autores ligados à Teoria Crítica procuraram contribuir com a missão universitária, como veremos adiante, no intuito de que a educação fosse autônoma e emancipadora.

## Dermeval Saviani e sua concepção de universidade e de extensão

Saviani, em uma palestra para jovens universitários que se preparavam para desenvolver programas de assistência comunitária pelo Projeto Rondon, começa criticando a lei nº 5.540, de 1968, conhecida como a Lei da Reforma Universitária, pois esta, ao tratar da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, incorre no risco de transformar uma coisa em outra, porém, o autor ressalta que cada função tem a sua especificidade, ou seja, possuem funções próprias. Caso algum dos elementos que compõem o “tripé universitário” se converta em outro pode ocorrer uma “hipertrofia de um em detrimento do outro” (SAVIANI, 1985, p. 47), na qual o ensino pode se tornar pesquisa e a pesquisa ser transformada em ensino.

Penso ter esclarecido a diferença entre o ensino e a pesquisa, a saber: o ensino (universitário) se destina à formação de profissionais de nível superior e, como tal, se centra basicamente na transmissão do saber; já a pesquisa se destina basicamente à produção de novos conhecimentos, à ampliação da esfera do saber humano (SAVIANI, 1985, p. 48).

Além do ensino e da pesquisa, a terceira função da Universidade é a extensão. Ela é quem articula os conhecimentos pesquisados e ensinados com a sociedade, fazendo com que a Universidade não seja um gueto e que eleve o nível cultural da sociedade (SAVIANI, 1985).

Exemplos de pesquisas não faltam quando não há interação entre o tripé existencial de uma universidade, pesquisa, ensino e extensão. Duas pesquisas universitárias, que serão descritas logo a seguir, revelam uma falta de sensibilidade social ou que não se preocupam com o que de mais urgente há na sociedade, como a fome, falta de saneamento básico etc.

Matemáticos britânicos desenvolveram uma fórmula para deixar a decoração da árvore de Natal mais harmoniosa. Segundo eles, para encontrar o número ideal de bolas, a pessoa deve extrair a raiz quadrada de 17, dividir o resultado por vinte e multiplicar pela altura da árvore. O cálculo que irá determinar a proporção perfeita entre a quantidade de bolas, tamanho das fitas e folhas da árvore, não

precisa ser feito à mão. No site da Universidade de Sheffield, os pesquisadores disponibilizaram a fórmula em uma calculadora que poderá ajudá-lo a se preparar para o próximo Natal.

[...]

Cientistas descobriram que a velocidade ultrassônica com a qual o som se propaga quando alguém corta um pedaço do cheddar muda de acordo com a temperatura do queijo. E, de acordo com os pesquisadores, o melhor intervalo de temperatura para se medir a velocidade ultrassônica é entre 0 e 17 graus. Segundo o estudo, quando o cheddar está a uma temperatura de 0 grau, a velocidade ultrassônica é de 1.590 m/s. Já a 35 graus, a velocidade vai para 1.696 m/s. O estudo ainda determinou que a causa de tal variação pode ser o derretimento da gordura do cheddar (RUIC, 2013, não paginado).

O próprio Saviani (1985) cita na palestra o caso de universidades brasileiras pesquisando como as galinhas produzem mais em regiões polares, sendo que no Brasil não há região polar.

Com efeito, é a sociedade que vai colocar os problemas; e é o contato com os problemas efetivos da sociedade que vai permitir à universidade transformar os objetos de suas pesquisas em algo relevante para a sociedade e adequar o ensino às necessidades da sociedade. E é também este contato que vai permitir que se elabore o saber que já está presente na comunidade, que já está presente nas massas, de tal modo que ela seja uma força viva que contribua para elevação geral do nível de vida desta sociedade (SAVIANI, 1985, p. 55).

A partir destas reflexões, Saviani critica a concepção extensionista do projeto Rondon por conter uma visão assistencialista: “[...] isto quer dizer: aqueles que têm, aqueles que sabem, prestam assistência àqueles que não têm, àqueles que não sabem” (SAVIANI, 1985, p. 54). Isso, para o pedagogo brasileiro, tem uma íntima relação com a concepção que temos de universidade.

Saviani afirma que são abstratas muitas denominações sobre o que é universidade, pois “[...] nelas o produto aparece separado do produtor, o resultado é visto abstração feita do processo que o gerou” (SAVIANI, 1996, p. 73). Para exemplificar tais denominações, o autor destaca: “[...] é o lugar da alta cultura”; “reunião de escolas da ordem mais elevada, cujo ensino abrange todos os ramos da instrução superior”; “organização destinada ao ensino superior, composta de número variável de escolas ou faculdades [...]” (SAVIANI, 1996, p. 72).

Saviani, portanto, tenta responder, ao promover a reflexão sobre as ações extensionistas, “o que é a universidade?”. E, para isso, provoca-nos a pensar em outra questão, urgente ainda hoje: “como é produzida a universidade?”. O autor afirma que a

resposta a esta questão está relacionada ao fato de como produzimos a nossa existência, ou seja,

No processo de produção de sua existência os homens produzem, simultaneamente e em ação recíproca, as condições materiais (agricultura, indústria, trabalho produtivo em geral) e as formas espirituais (ideias e instituições) que se estruturam organicamente de modo a constituir a sociedade concreta (SAVIANI, 1996, p. 73).

Cada aspecto da vida – o econômico, o social, o cultural e o político – está relacionado um com o outro e, portanto, sintetiza a sociedade em seu conjunto. Diante dessa premissa, “A Universidade, enquanto instituição, é produzida simultaneamente e em ação recíproca com a produção das condições materiais e das demais formas espirituais” (SAVIANI, 1996, p. 74). Mas, no momento da satisfação de nossas necessidades, grupos com interesses múltiplos se apropriam de nossas condições, inclusive do saber e até do modo como produzimos este saber.

Mas na medida em que esse saber é assim elaborado, ele é apropriado por determinados grupos, pelas elites, que se investem não apenas como a proprietária do saber, mas como a fonte do saber, e transformam a verdadeira fonte do saber em ausência de saber (SAVIANI, 1985, p. 56).

Porém, a universidade é cooptada pelo capital como uma forma de dominação, pois o conhecimento, afirma Saviani, foi sequestrado dos trabalhadores pela concepção taylorista de trabalho, que “[...] se apropria do saber dos trabalhadores [...] devolvendo-lhes na forma parcelada, o que quer dizer que só os capitalistas [...] passam a dominar o saber em seu conjunto” (SAVIANI, 1985, p. 58). O saber é quem transforma os objetos, portanto, o saber é considerado pelo capital privado uma propriedade privada e não deve estar sobre a autoridade de quem produz, caso contrário, a crítica, a contestação viria à tona e a essência do modo de produção capitalista “iria para o ralo” e, por isso, o taylorismo parcelou até mesmo o conhecimento.

Diante disso, o saber elaborado nas universidades está diante da seguinte questão: a que grupo ele pretende favorecer? O projeto Rondon, por exemplo, segundo Saviani (1985, p. 62), “[...] não continha um elemento básico que é a inserção cultural [...] e seu assistencialismo acabava por ser uma forma colonialista, imperialista, [...] impondo padrões externos à própria comunidade”.

Portanto, fica claro para o pedagogo brasileiro que a extensão universitária deve ser uma forma de ouvir a comunidade e partir dos conhecimentos elaborados por ela também, como pensa o português Boaventura de Sousa Santos, conforme veremos a seguir, no intuito de estar preocupada com os problemas reais que a sociedade está reclamando.

## A legitimação da universidade: uma discussão a partir de Boaventura de Sousa Santos

Boaventura defende acesso à universidade, pesquisa-ação, ecologia dos saberes, universidade e escola pública, a extensão como algumas das áreas de luta pela legitimação da universidade. Porém, alerta-nos de que no serviço prestado à sociedade, como, por exemplo, “[...] “incubação” da inovação; promoção da cultura científica e técnica; actividades culturais no domínio das artes e de literatura” (SANTOS, 2011, p. 74), por meio da extensão pode desembocar em uma privatização secreta mediante à arrecadação de recursos extraorçamentários e, com isso, estar a serviço do capitalismo global.

Para afastar esta pretensão,

[...] as actividades de extensão devem ter como objectivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados (SANTOS, 2011, p. 54).

O autor português reflete sobre a ideia de que até mesmo nas universidades há relações de poder e os poderes econômicos, empresariais e mercantis, que cada vez mais querem dominar as tecnologias educacionais, os currículos e as metodologias de ensino, só serão combatidos com a produção de novos conhecimentos, que ele chama de ecologia dos saberes.

Boaventura de Sousa Santos, quando esteve no Brasil para uma pesquisa, ao observar a favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, na década de 70, defende que existem outros conhecimentos fora da universidade muito úteis que, sem a extensão universitária, não há como apreendê-los e, sem isso, há muitos processos de exclusão que podem começar quando o conhecimento é determinado pelo gabinete de uma universidade para atender a setores específicos da sociedade (SANTOS, apud CARNEIRO, 2014).

Por fim, Santos está interessado em promover uma oxigenação dos conhecimentos que são produzidos na universidade, criticando aquilo que ele chama de exclusivismo epistemológico ou de importação dos conhecimentos produzidos do norte para o sul.

[...] instituições de pesquisa e universidades, [...] o conhecimento por elas produzido tem sido também usado de forma subversiva através da sua apropriação por movimentos sociais do Sul e pelos seus aliados e da sua reinscrição noutras constelações de saber-poder (SANTOS, 2005, p. 44).

Sendo assim, Santos (apud CARNEIRO, 2014) defende a ideia de uma universidade de fora para dentro ou de contrauniversidade, onde os conhecimentos não formais ou acadêmicos, aqueles dos indígenas, dos movimentos populares, das favelas etc., possam ter espaço e dar uma resposta a alguma necessidade social.

## **A extensão universitária como forma de resistência à razão instrumental: reflexões a partir da Escola de Frankfurt**

Theodor W. Adorno e Max Horkheimer analisaram historicamente, filosoficamente e sociologicamente o conceito de razão e conceberam, em 1947, o conceito de razão instrumental para refletir sobre a ambiguidade do conceito de razão. Esta, ao mesmo tempo em que se mostra como um avanço, uma ferramenta para a busca da felicidade, como preconizou o filósofo Aristóteles, por exemplo, por outro lado pode se tornar instrumento de dominação, como demonstram os filósofos frankfurtianos, a partir das consequências percebidas dos avanços da razão iluminista que submeteu a razão a uma dimensão utilitarista e alienante das massas: “[...] o esclarecimento se converte, a serviço do presente, na total mistificação das massas” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 46).

Mais e mais os indivíduos, nas sociedades modernas mecanizadas, foram se submetendo aos processos econômicos e sociais e, conseqüentemente, tiveram que identificar-se com as criações da Indústria Cultural, outro conceito elaborado pelos filósofos Adorno e Horkheimer, em 1941, para explicar a submissão aos processos industriais/mercadoológicos de falsas necessidades, padronização estética para consumo, homogeneização da vida etc. “A vida do capitalismo tardio é um rito permanente de iniciação. Todos devem mostrar que se identificam sem a mínima resistência com os poderes aos quais estão submetidos” (ADORNO; HORKHEIMER, 2002, p. 201). Portanto, nada foge do poder da Indústria Cultural, até mesmo as

universidades quando são manipuladas ou se sujeitam às regras do mercado, por exemplo.

A universidade, para os frankfurtianos, mais especificamente para Adorno e Horkheimer, pode tornar-se um instrumento de cultura de massa caso não tenha engajamento social ou fique alienada às questões reais de sua sobrevivência e, por conseguinte, pode se tornar um instrumento de poder, elitizando-se e distanciando-se socialmente.

Para Adorno, no texto *Teoria da Semiformação*, as

Reformas pedagógicas isoladas, embora indispensáveis, não trazem contribuições substanciais. Podem até, em certas ocasiões, reforçar a crise, porque abrandam as necessárias exigências a serem feitas aos que devem ser educados e porque revelam uma inocente despreocupação diante do poder que a realidade extrapedagógica exerce sobre ele (ADORNO, 2010, p. 08).

Para o frankfurtiano, a educação não pode estar submetida a modelos pré-estabelecidos ou estar presa às suas verdades, fechada em seu mundo, sem criticidade ou reflexão sobre seu fazer educacional. Dessa maneira, Zuin (2016) comenta que quando a teoria e a prática educacional formam um hiato, ou no momento em que a teoria é submetida a um imediatismo, ocorre o embrutecimento educacional, pois, para Adorno, a educação vai além do mero momento do ensino quando “A formação que se esquece disso, que descansa em si mesma e se absolutiza, acaba por converter-se em semiformação” (ADORNO, 2010, p. 10).

A razão instrumentalizada dificulta a emancipação humana, pois o indivíduo, à praticamente tudo, é submisso; “O motivo evidentemente é a contradição social; é que a organização social em que vivemos continua sendo heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações” (ADORNO, 1995, p. 181). Por isso, até mesmo na universidade, a individualidade pode ser atomizada pela cultura de massa que se impregna nos diversos campos da vida social.

Cada instrumento da cultura de massa serve para reforçar as pressões sociais sobre a individualidade, impedindo qualquer possibilidade de que o indivíduo de alguma forma se preserve diante de toda a maquinaria atomizante da sociedade moderna (HORKHEIMER, 2015, p. 174).

Porém, por mais que tenham assumido uma visão pessimista da realidade, não podemos perder de vista que os frankfurtianos colocam a esperança na educação como meio para que Auschwitz nunca mais ocorra (ADORNO, 1995). É por meio de uma educação emancipadora, resistente, crítica, contraditória e que dialetize a realidade que deve ser o norte de uma extensão universitária em uma perspectiva de reflexão a partir dos frankfurtianos.

## Considerações finais

Este trabalho procurou refletir, historicamente e conceitualmente, sobre alguns aspectos envolvendo a extensão universitária.

A história da extensão no Brasil nos mostra que ela é dinâmica, mas, por ser assim, não podemos nos descuidar, pois, dessa forma, grupos com interesses múltiplos a utilizam para seus interesses, em detrimento do bem comum e, consecutivamente, da emancipação humana.

Posteriormente, orientamo-nos por algumas reflexões acerca do tema a partir de autores, como Saviani (1985; 1996), Adorno (1985; 1995; 2002) e Santos (2005; 2011). Eles nos mostram que por trás da discussão sobre a real missão da extensão universitária está o debate sobre o papel das universidades. Todos nós, de alguma forma, estamos sujeitos a ela, pois o conhecimento que é difundido é por ela pesquisado e ensinado. E esta simbiose entre ensino e pesquisa terá caminhos distintos a depender de como a universidade encara a sua extensão.

Fica evidente, após este caminho, que a extensão não é ou não deve ser concretizada por meio apenas de leis ou decretos. Pelo pouco que vimos na história, na legislação e nas reflexões as suas interpretações e ações são diversas e podem até ser desvantajosas. É preciso crer que a extensão é a via de mão dupla para a emancipação. Crer na real existência da extensão, com a sociedade e para a sociedade, sem pragmatismos ou outros “ismos”, é acreditar em dias melhores.

## Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Emancipação e educação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4179825/mod\\_resource/content/1/EDUCA%C3%87%C3%83O%20E%20EMANCIPA%C3%87%C3%83O.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4179825/mod_resource/content/1/EDUCA%C3%87%C3%83O%20E%20EMANCIPA%C3%87%C3%83O.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 169-214.

Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6008206/mod\\_resource/content/1/Teoria%20da%20Cultura%20de%20massa%20by%20Luiz%20Costa%20Lima.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6008206/mod_resource/content/1/Teoria%20da%20Cultura%20de%20massa%20by%20Luiz%20Costa%20Lima.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2021.

ADORNO, Theodor W. Teoria da Semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. (Org.). **Teoria crítica e inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. p. 7-40. [Coleção: Educação Contemporânea].

BRASIL. Lei 5.540/1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 dez. 2021.

BRASIL. Lei Federal 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, 25 de jun. 2014. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 19 abr. 2022.

CARNEIRO, F. F. F.; KREFTA, N. M.; FOLGADO, C. A. R. A Praxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. **Tempus – Actas De Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 331-338, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.18569/tempus.v8i2.1530>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

KOCHHANN, Andréa. A extensão universitária no Brasil: compreendendo sua historicidade. In: Semana de Integração, 6. **Anais...** Inhumas: UEG, 2017. p. 546-557.

MEDEIROS, Márcia Maria de. A extensão universitária no Brasil: um percurso histórico. **BARBAQUÁ**, v. 1, n. 1, p. 9-16, 2017.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). **Avaliação da extensão universitária**: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

RUIC, Gabriela. 5 estudos científicos insólitos. **Revista Exame**, São Paulo, 13 set. 2013. Disponível em: <<https://exame.com/ciencia/5-estudos-cientificos-insolitos/>>. Acesso em: 17 maio 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253190/mod\\_resource/content/1/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253190/mod_resource/content/1/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria Paula, NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: A diversidade epistemológica do mundo IN: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Pesquisas em Educação: outros diálogos com os clássicos

*Extensão universitária: uma via de mão dupla para a emancipação*

DOI: 10.23899/9786586746198.3

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1985. [Polêmicas do nosso tempo].

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

ZUIN, A. Álvaro S. Educação e emancipação: Adorno, crítico da semicultura. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 72-84, 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644192>>. Acesso em: 21 dez. 2021.